

Roberto Schwarz

UM MESTRE
NA PERIFERIA DO
CAPITALISMO

Machado de Assis



Livraria

Duas Cidades

editora  34

6. A sorte dos pobres

Eugênia

“Um moço viu a rosinha
Viu a rosinha no prado.”

Goethe, “Heidenröslein”

“[...] é pobre [...], há de ser suscetível portanto.”

José de Alencar, *Sonhos d'ouro*

A flor da moita, em cujo encanto não entram artifício e linhagem, é uma figura cara às Luzes, ao Romantismo e ao sentimento democrático da vida. A expressão serve de título a um passo capital das *Memórias*, onde todavia ela traz um segundo sentido, contrário ao primeiro. Designa com desprezo a moça nascida forado casamento, concebida atrás do arbusto, por assim dizer no matinho. O conflito das acepções resume o teor ideológico do episódio, ao passo que a grosseria do trocadilho anuncia os extremos a que a narrativa irá.

Eugênia e Brás vivem um curto idílio campestre, ela filha natural de Dona Eusébia, uma solteirona que freqüentava a casa dos Cubas em condição inferior, ele o moço abastado e família que conhecemos. O episódio se passa na Tijuca, onde o rapaz fora buscar retiro. As circunstâncias, os protagonistas e o obstáculo social fazem esperar uma complicação romântica, a qual desponta, mas é encerrada por um desfecho de outro caráter.

Para receber o rapaz, a moça desveste os enfeites costumados, e aparece sem brincos, broche ou pulseira. É uma solução poética e exigente, ditada pela suscetibilidade. Ao marcar as diferenças materiais, Eugênia corta as fantasias de paridade social e mostra conhecer o seu lugar; entretanto, é claro que o gesto tem mais outro sentido, pois prescindir da quinquilharia externa é também lembrar a igualdade essencial entre os indivíduos e proibir ao moço tratá-la

como inferior. São cálculos severos, a que ainda assim não falta um pensamento de sedução: para uma sensibilidade esclarecida, o despojamento e a graça natural são ornatos máximos, superiores às circunstâncias de fortuna.

O doutor Cubas, veterano de alguns anos de “romantismo prático e liberalismo teórico” no Velho Continente, não permanece insensível. Aprecia a dignidade da menina, superior ao nascimento irregular e à situação precária, e corre o risco de “amar deveras”, quer dizer, de igual para igual, e casar. Ao mesmo tempo sente cócegas de fazer um filho natural à rapariga mal-nascida. Na primeira hipótese, o amor o levaria a superar as prevenções de família e classe, e a reconhecer o direito igual das pessoas (ao menos das pessoas livres). Na segunda, cujo clima abjeto é determinado pelo prévio reconhecimento da dignidade da moça, trata-se de desprezar esta igualdade e gozar as vantagens da própria riqueza e posição, complementares, naturalmente, da pobreza e falta de situação de Eugênia.

Comentando a reserva da menina, havíamos observado um vaivém correlato, pois ela tanto aceita a inferioridade de sua situação (que deixa o moço em posição superior), como sustenta, ainda que mais discretamente, a sua absoluta dignidade pessoal (que exige respeito e não exclui o amor e um casamento em sociedade). Assim, entre a conduta de Brás e a situação de Eugênia existe correspondência estrita, e as respectivas dubiedades se engrenam e realimentam como partes de um sistema prático, histórico além de fictício. A relação implica um jogo de virtualidades objetivas, exploradas por Brás, a quem, reciprocamente, conformam o modo de ser. Este por sua vez está formalizado na dicção do livro: com efeito, a volubilidade acintosa do narrador, que a todo momento postula e viola a norma, literária ou não, efetua um movimento com referências ideológicas similares. **Eis aí a solidariedade entre observação social, esquema dramático, tipo das personagens e padrão — bem como ponto de vista de classe — da prosa.**

Forma literária e relação social injusta respondem uma à outra com rigor, de sorte que o exame de um pólo implica na fixação de dimensões do outro. A discriminação histórica da matéria tratada é um requisito, no caso, da apreciação crítica. Tudo está em diferenciar ao máximo e não dissolver no arquétipo da menina pobre e do moço rico a particularidade sociológica do idílio.

Eugênia aliás não é propriamente pobre. Educada na proximidade do mundo abastado, ela pode até fazer um bom casamento e vir a ser uma senhora. Mas pode também terminar, como termina, pedindo esmola num cortiço. Do que depende o desfecho? da simpatia de um moço ou de uma família de posses. Noutras palavras, depende de um capricho de classe dominante. Aí aponto nevrálgico, para quem, como quase todo mundo, tivesse notícia dos Direitos do Homem — ponto agravado ainda pelos termos extremados da alternativa entre senhora e pedinte. **Faltando fundamento prático à autonomia do indivíduo sem meios — em consequência da escravidão o mercado de trabalho é incipiente —, o valor da pessoa depende do**

reconhecimento arbitrário (e humilhante, em caso de vaivém) de algum proprietário. Neste sentido, penso não forçar a nota dizendo que Eugênia, entre outras figuras de tipo semelhante, encerra a generalidade da situação do homem livre e pobre no Brasil escravista.

Não sendo proprietários nem escravos, estas personagens não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante. O seu acesso aos bens da civilização, dada a dimensão marginal do trabalho livre, se efetiva somente através da benevolência eventual e discricionária de indivíduos da classe abonada. Assim, se não alcançam alguma espécie de proteção, os homens pobres vivem ao deus-dará, sobretudo cortados da esfera material e institucional do mundo contemporâneo. Este por sua vez, padronizado nos países clássicos da Revolução burguesa, é programaticamente contrário àquela mesma proteção que, no Brasil, é o bilhete de ingresso em seu recinto. Noutras palavras, a participação do homem pobre na cultura moderna dava-se ao preço de uma concessão ideológico-moral de monta, que ele pode elaborar de muitos modos, mas sem lhe escapar.

Não há exagero portanto em afirmar que o favor pessoal, incluída nele a parte inevitável e já então imperdoável de capricho, vem colocado em primeiro plano pela estrutura social do país ela própria. Foi natural que o emaranhado singular de humilhações e esperanças ligado a este quadro se tornasse matéria central no romance brasileiro, que em boa parte se pode estudar como apresentação e aprofundamento dos dilemas correspondentes. Seja como for, é na relação com esta forma específica de desvalimento que a volubilidade cobra relevo pleno, sendo percebida e percebendo-se como poder social, que reserva ao outro, enquanto possibilidades reais, tanto a sorte grande da cooptação (aqui o casamento desigual), como a humilhação do dependente ou a indiferença moderna em face do concidadão (que entretanto não é cidadão de veras e não tem meios de sobreviver). O leque dos destinos disponíveis, de amplitude vertiginosa e catastrófica para a parte pobre, é, para a parte proprietária, o campo das opções oferecidas ao exercício do capricho. Ante tamanha desproporção, é claro que este último desenvolve um sentido exaltado de si e da própria relevância, que o faz brilhar em toda linha. Reciprocamente, a exposição à procura desordenada de supremacias imaginárias e a seu poder efetivo dá a dimensão exata da desproteção dos pobres¹.

¹ A posição peculiar dos pobres no Brasil rural foi glosada com frequência ao longo do século XIX. “A classe agrícola, que não pode despender os capitais necessários para haver um terreno próprio, vive agregada aos grandes possuidores do solo, e por um contrato a título *precário*, isto é, pode ser despejada quando bem convier ao dono da terra.” Como contrapartida, a adesão política pelo voto: “Os grandes possuidores do solo consentem ainda os agregados porque o nosso sistema eleitoral assim o reclama”. L. Peixoto de Lacerda Werneck, *Idéias sobre colonização*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1855, pp. 36 ss. Ou, na síntese de Nabuco: “Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase

Alguns dias depois de colher o primeiro beijo de Eugênia, o rapaz lembra do pai, das obrigações de carreira, da constituição, do cavalo etc, e resolve descer da Tijuca para o Rio. O sinal é dado por uma voz interior, que lhe cochicha palavras da Escritura (“Levanta-te e entra na cidade”, Atos, IX, 7)². Brás entende o conselho divino a seu modo, concluindo que cidade no caso seria a capital e que era tempo de escapar à moça. Onde o Paulo bíblico se *convertera* de flagelo em apóstolo dos cristãos, o seu êmulo brasileiro se desconverteia da tentação esclarecida, para fazer finca-pé na iniquidade oligárquica. Lembrava os preceitos ouvidos do pai: “é preciso continuar o nosso nome, continuá-lo e ilustrá-lo ainda mais. [...] Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens. Não estragues as vantagens de tua posição, os teus meios...”³.

Qual o sentido desta conduta? No que tange à intriga, o episódio termina sem maiores desdobramentos ou revelações, com a partida do rapaz. Um final rigorosamente comum, que não podia ser mais apagado, nem mais característico. O efeito crítico está na frustração do desejo romanesco do leitor (já que Eugênia, conhecendo o quadro, abafa o sentimento e sai de cena em silêncio). Dada a assimetria destas relações, em que, pela razão exposta, a parte pobre não é ninguém, tudo se resume na decisão da parte proprietária, a que não há nada que acrescentar. Deste ponto de vista, a fabulação reduzida expressa uma correlação de forças, e reitera a face taciturna do poder. Contudo, nem por isso os Direitos do Homem e o século XIX deixam de existir. As possibilidades que Brás recusa na prática e portanto exclui do enredo estão

totalidade da nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da Oração dominical: *O pão nosso de cada dia, nos dai hoje* têm para ela uma significação concreta e real. Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário — se existe esse El Dorado, em nosso país — e que por isso tem que lesignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar”. Abaixo da classe dos lavradores meeiros há ainda outras “que nada têm de seu, moradores que nada têm para vender ao proprietário, e que levam uma existência nômade e segregada de todas as obrigações sociais, como fora de toda a proteção do Estado”. Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, Rio de Janeiro, Vozes, 1977, pp. 159-60. Uma sistematização sociológica encontra-se no bom livro de Maria Sylvania de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, IEB, 1969 (4ª edição, São Paulo, Ed. Unesp, 1997). O alcance do tema para a compreensão de aspectos decisivos da ficção brasileira foi estabelecido por Antônio Cândido, “Dialética da malandragem”, in *O discurso e a cidade*, São Paulo, Duas Cidades, 1998.

² *MPBC*, p. 170.

³ *MPBC*, p. 162.

vivas em seu espírito de indivíduo moderno, onde se recompõem de acordo com a situação. Basta adicionar ao episódio as repercussões morais que logicamente lhe correspondem no âmbito do *homem ilustrado* — o homem que se encontra no pólo dominante da relação — e veremos surgir um retrato social de eloquência sem paralelo na literatura brasileira.

O idílio transcorre sob o signo de quatro borboletas. A primeira, um símile das imaginações vadias do rapaz, anuncia o tema. A segunda, toda em ouro e diamantes (insinuação?), foi posta no pensamento de Eugênia pelas cortesias do moço rico. A terceira é grande e preta, e entra na varanda em que estão reunidos Dona Eusébia e o par de jovens. A boa senhora e a filha ficam assustadas, talvez por superstição, proporcionando ao doutor o prazer de se sentir forte e filósofo, enquanto espanta o inseto com um lenço. Na mesma tarde, cruzando com a moça, Brás nota que ela o cumprimenta de igual para igual. Ele supõe que alguns passos adiante ela voltará a cabeça para olhá-lo, coisa que não sucede. A decepção não deixa de irritar e forma o contexto em que se compreende a quarta borboleta, também ela grande e negra, aparecida no quarto do rapaz no dia seguinte. Inicialmente o bichinho é bem recebido, pois recorda a cena da manhã anterior, com os modos bonitos da menina, que tratava de esconder o susto, e sobretudo com o papel superior que tocara ao cavalheiro. Em seguida a borboleta muda de significado, talvez porque se deixa ficar e continua a mover as asas de modo brando. Para Brás ela agora representa a persistência da mocinha na lembrança, além da falta do gesto subalterno, que já ontem causara aborrecimento. Brás sente “um repelão dos nervos”⁴ — forma aguda da volubilidade — e mediante uma toalhada acaba com o assunto.

A brutalidade da conclusão prefigura o desenlace do idílio, que naquela altura mal começava. Aplicada a um ser inofensivo, a pancada mortal desnuda um aspecto — metodicamente aleatório — da dominação de classe. O conteúdo da relação social é estendido à relação com a natureza: a dignidade *natural* (ou cidadã) de Eugênia, que não traz o vinco da subordinação à oligarquia, torna odiosa a espontaneidade em qualquer plano, inclusive o das borboletas. E como a natureza existe também dentro de nós, é certo que além do *inseto* e da moça a pancada visava, no interior do próprio Brás, o respeito espontâneo pelo valor do próximo.

Nesta altura, o leitor das *Memórias* não deixou de notar que omitimos uma particularidade decisiva do episódio, aquela em que vai se fixar o principal das reações de Brás: o defeito físico de Eugênia. Com efeito, além de bastarda e sem posses, a menina é coxa. Observe-se todavia que o rapaz não se dá conta do defeito senão tarde, quando a dignidade da criatura pobre já o havia incomodado ao ponto de fazer que ele a abatesse em efígie. Noutras palavras, a lógica e o desfecho do episódio fixaram-se em função de inferioridades *sociais*, e a imperfeição «df/ra/superveniente não afeta a marcha da situação. Não obstante, será ela, a

⁴ *MPBC*, p. 165.

inferioridade física, o pivô das cogitações do moço. Este despejará sobre a deformidade natural os maus sentimentos que lhe inspira o desnível de classe, e, mais importante, verá a iniquidade social pelo prisma sem culpa e sem remédio dos desacertos da natureza.

Como entender esta substituição? Genericamente, a naturalização de relações históricas serve ao conservadorismo. A sua oportunidade no caso é patente, já que a situação social da moça é um problema de consciência para o rapaz, ao passo que o defeito físico é um dado definitivo e, neste sentido, confortador. As coisas porém são mais enredadas, pois é claro que a perna defeituosa tampouco impediria Eugênia de ser uma esposa perfeita. Assim, além de não ser a verdadeira, a razão alegada não convence, e firma o clima de desconversa e desculpa esfarrapada, no limite do acinte, que é central para a grosseria — estudada ao extremo — destes capítulos. A explicação escarminha, que não pretende justificar nada e antes quer significar a realidade da força, é aqui um elemento de baixeza entre outros. De fato, a dezena de páginas em que figura Eugênia, a única personagem direita do livro, constitui um minucioso exercício de conspiração. A crueldade é tanta, tão deliberada e detalhista, que dificilmente o leitor a assimila em toda a extensão. E como se o caráter extremado destas passagens impedisse a sua estranheza de ser percebida. Tratemos de não reduzi-la ao caso psicológico — a parte de sadismo é clara — e vejamos nela um desdobramento verossímil da ordem social que procuramos caracterizar. São as coordenadas do conflito social que dão a transparência e integridade artística aos desmandos do protagonista narrador.

Já mencionamos a leitura pejorativa de uma expressão tão cândida como “a flor da moita”. Um capítulo vizinho chama-se “Coxa de nascença”, outra falta de caridade. Quando jura, “pela coxa de Diana”⁵, que não pensava fazer mal a Eugênia, Brás evidentemente procura ser excessivo, e até inexcusável. Em todos os casos está em jogo o direito da moça, e, através dele, o respeito à visão ilustrado-romântico-liberal do indivíduo, que o protagonista vai ofender com exasperada deliberação. Não por satanismo (ainda que estas páginas dependam de Baudelaire), e sim por ser um membro comum da camada dominante brasileira, que tinha naquela visão a sua referência obrigatória, conhecendo embora a sua irrealidade local e vivendo esta contradição como um destino e uma permanente irritação. O desprazer chega ao paroxismo no capítulo dirigido “A uma alma sensível”, onde o cinismo de Brás abruptamente se volta contra o leitor e passa à agressão direta, mandando que ele limpe os óculos — “que isto às vezes é dos óculos”⁶ — presumivelmente embaçados de lágrimas inúteis, derramadas sobre o destino da boa Eugênia. Assim, a exorcização do sentimentalismo liberal e o chamado à realidade do privilégio completam-se na passagem às vias de fato contra o leitor, obrigado a sentir na própria pele o aspecto ultrajante da volubilidade narrativa e da forma de poder que lhe serve de mola.

⁵ *MPBC*, p. 170.

⁶ *MPBC*, p. 170.

“Palavra que o olhar de Eugênia não era coxo, mas direito, perfeitamente são.”⁷ A malícia da frase está na jura inicial, que faz supor o leitor acanhado (*mon semblable, mon frerè*), avesso a imaginar que um defeito na perna não se acompanhe de uma diminuição da pessoa. Esta suposição de cumplicidade tem propósito insultuoso, em que aliás se explicita o caráter agressivo das inúmeras familiaridades tomadas com o público ao longo do livro. Contudo, atentando bem, notaremos que a jura não se destina somente a persuadir a platéia. Ela é dita também para dentro, quando então expressa mais *embaraço* que surpresa, e funciona como uma interjeição interior. Por que seria importuno o espírito de Eugênia não se mostrar inferiorizado? O parágrafo seguinte começa por uma exclamação análoga, desenvolvendo a outra: “O pior é que era coxa”. Pior designa um inconveniente maior que os demais — enumerados logo a seguir: “Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril”⁸. Estas prendas, que são o que retém o rapaz, transformaram-se em negativo naturalmente por pertencerem a uma criatura pobre e por criarem um impasse moral e sentimental para o filho-família. Retenhamos três pontos: a) o fundo da questão é mesmo de classe, e o defeito físico não passa de um acréscimo, que lhe serve de álibi; b) no contexto da dominação de classe, os trunfos humanos dos inferiores são vistos como outros tantos infortúnios; c) a conveniência momentânea da personagem volúvel é ideologicamente produtiva e engendra modos de ver e dizer que a expressam com precisão, sendo embora disparates à luz de um critério esclarecido. Este terceiro ponto exemplifica-se uma frase depois: “Por que bonita, se coxa? porque coxa, se bonita?”. Noutras palavras, se o universo fosse ordenado razoavelmente, moças coxas (pobres) não seriam bonitas, e moças bonitas não seriam coxas

⁷ *MPBC*, p. 168.

⁸ Em *Sonhos d'ouro*, que Machado com certeza leu atentamente, Alencar já procurara ligar remorso de classe e sadismo. A mocinha rica do romance não suporta o espetáculo da pobreza, que lhe exacerba a crueldade. Assim, enquanto a sua cadelinha mata um a um a ninhada de pintos de uma família desvalida, a menina estala os dedos de gosto. Em seguida ela se diverte fazendo que o seu elegante cavalo inglês pise e destrua a louça humilde da mesma família. Consumado o insulto, a heroína repara principescamente os malfeitos, que aliás tinham motivo nobre, pois tratava-se de colocar em brios uma gente derrotada pelo desânimo. *OC*, vol. I, Rio de Janeiro, Aguilar, 1959, pp. 744-8. Também o ângulo do pobre com méritos aparece: Ricardo — que em relação à mocinha se considera “uma borboleta preta” (!) — foi ótimo estudante. “Mas que lhe serve se ninguém o conhece? Servia-lhe mais ficar com a metade do talento que tem, e outra metade de proteção.” Mais adiante: “Então um pobre não pode sem bajulação ter relação com pessoas ricas? Que doutrina!”. Em relação aos inconvenientes do amor entre desiguais, a “filha do milionário” explica ao “pobretão obscuro”: “Imagine o agradável divertimento que teria cada um de nós, o senhor esmagado pela minha riqueza e generosidade, eu, crivada pelos espinhos da sua dignidade. Ao cabo de um mês não nos poderíamos ver; e faríamos um do outro a mais triste idéia” (pp. 736, 753, 739, 776, 821).

(pobres). Trata-se de harmonia universal, mas concebida a partir da mais imediata conveniência particular, com supressão dos demais pontos de vista, e, sobretudo, sem supressão da dominação de classe. Que pensar deste festival de maldades? Ele prossegue no plano da linguagem, cuja finalidade narrativa e expositiva periodicamente cede o passo à intenção primária de humilhar. Aqui e ali, sem razão de ser precisa e como pura contribuição escarninha ao clima geral, encaixam-se a palavra “pé” e noções conexas. Assim, Brás está *ao pé de Eugênia*, que está *ao pé dele*, além de haver uma *coxa de Diana* e uma *Vênus manca*, bem como um sem-número de *pés* propriamente ditos, *botas*, *sapateiros*, *calos*, *pernas* que *manquejam* e, por fim, uma tragédia humana que pode ser *pateada*. Ao todo, em poucas páginas, são mais de trinta alusões desta espécie duvidosa, dezessete concentradas no curto capítulo XXXVI, intitulado “A propósito de botas”. O procedimento é bruto, sem prejuízo da sutileza extrema do contexto: digamos que Machado tentava a sublimação da chalaça. De fato, como consequência da

repetição, o desejo de tripudiar vai expondo novos perfis. Inicialmente tratava-se de soterrar, embaixo de remoques, a moça e o que ela significa. Por outro lado, a baixeza ostensiva das alusões é também um modo de vexar o leitor e realçar a própria impunidade. Enfim, o encarniçamento em que o processo culmina, com acintes quase a cada linha, deixa ver a necessidade em que se encontra Brás de aniquilar a “alma sensível” dentro dele mesmo. Tudo somado, a tendência é para espezinhar as formas de espontaneidade que fujam à ordem da oligarquia, isto nas personagens, no leitor e no próprio narrador, quer dizer em toda parte^{8a}.

“Pois um golpe de toalha rematou a aventura.”⁹ Com esta frase cortante, Brás recorda o episódio da borboleta preta, cujo conteúdo social procuramos analisar. Pouco adiante, o capítulo dedicado “A uma alma sensível” conclui de forma comparável: “— e acabemos de uma vez com esta flor da moita”. Noutros passos do livro, anteriores ou posteriores, onde assunto e clima

^{8a} Ainda aqui, a gracinha a ser reescrita nos devidos termos é fornecida por Alencar, que em *A pata da gazela* se refere a um pé disforme, com evidente delícia, como sendo “uma enormidade, um monstro, um aleijão”, “uma base, uma prancha, um tronco”. “Essa aberração da figura humana, embora em um ponto só, lhe parecia o sintoma, senão o efeito, de uma monstruosidade moral.” “[...] esse pé era cheio de bossas, como um tubérculo, [...] era uma posta de carne, um cepo!” José de Alencar, *A pata da gazela*, OC, vol. I, Rio de Janeiro, Aguilar, 1959, pp. 599 e 602. Adiante veremos o duro destino de Dona Plácida, outro exemplo de retificação crítica da tradição literária brasileira: como o herói das *Memórias de um sargento de milícias*, a pobre mulher é filha de uma “conjunção de luxúrias vadias”, de “uma pisadela e de um beliscão”. No caso da personagem machadiana, contudo, o nascimento irregular não simboliza folga ou acomodação alegre, aparecendo apenas como soma de inconvenientes tremendos e humilhações. Cf. Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, cap. I, e MPBC, cap. LXXV.

⁹ MPBC, p. 166.

são diferentes, encontraremos sob inúmeras formas o mesmo gesto terminante, pondo fim ao parágrafo ou capítulo, ou dando um basta a uma aspiração ou veleidade qualquer. Lembrando os escrúpulos da necessitada Dona Plácida, vencidos por uma quantia que ele mesmo providenciara, considera Cubas: “Foi assim que lhe acabou o nojo”¹⁰. Às folhas das árvores, que, como tudo neste mundo, não são eternas: “Heis de cair”¹¹. Encerrando as reflexões sobre a morte de sua mãe: “Triste capítulo; passemos a outro mais alegre”¹². Em todos estes finais há um eco ou prenúncio, atenuado ou não, da pancada assestada em Eugênia. Virtualidades e direitos do indivíduo, sobretudo na figura da espontaneidade que levanta vôo, vêm exaltados pelo espírito do tempo. Atalhá-los requer um instante de determinação nefasta — o “repelão dos nervos” que permite ao namorado abater o inseto. A recorrência subjetiva da barbárie é o preço da reassertão do arbítrio escravista e clientelista em pleno século liberal, reassertão por outro lado que nada tem de extraordinário, e faz parte da necessidade e rotina da vida brasileira. O gosto pelo truncamento dos direitos e das aspirações individuais, vistos como frioleiras, o que nas circunstâncias não deixava também de ser verdade, é uma constante cíclica da prosa e está transformado em vezo de linguagem, um tique de irritação e impaciência diante de veleidades que não podem ser. Este encontra-se disseminado pelo romance, generalizando em forma de clima narrativo o resultado ideológico de uma estruturação social, transposta igualmente no diagrama dramático dos episódios. Aí outro fator da unidade tão poderosa do livro, a que entretanto não cabe, salvo por sarcasmo machadiano, dar o nome de harmonia.

Brás encerrava um primeiro ciclo de vida e lhe dava o balanço, quando encontra Eugênia — donde o relevo especial da passagem. A tônica de infância e juventude havia estado nas tropelias de menino rico a quem tudo é permitido. A estada européia, sob o signo igualmente da incoseqüência, fez dele um homem educado: “Colhi de todas as cousas a fraseologia, a casca, a ornamentação”¹³. A morte da mãe o traz de volta ao Rio e, sobretudo, à “fragilidade das cousas”¹⁴. O doutor refugia-se na Tijuca, para meditar a vida, a morte e a vacuidade de sua existência anterior. Em face do nada, como ficam os caprichos da vontade e a procura — exterior apenas — das novas aparências européias? Sobre fundo de crise, a simpatia por Eugênia será uma hipótese de transformação. Para apreciá-la devidamente é preciso detalhar as alternativas que a precedem.

Aos sete dias Brás está farto de “solidão” e ansioso por voltar ao “bulício”¹⁵. O passo

¹⁰ *MPBC*, p. 214.

¹¹ *MPBC*, p. 215.

¹² *MPBC*, p. 155.

¹³ *MPBC*, p. 155.

¹⁴ *MPBC*, p. 159.

¹⁵ *MPBC*, p. 150.

alude aos trechos pascalianos sobre a necessidade que tem o homem de se distrair de si mesmo. No caso brasileiro, contudo, os termos do dilema são menos cristãos, e sua substância define uma alternativa interior ao privilégio de classe. Do lado do bulício, as vantagens sociais visíveis a que uma família importante dá acesso: figuração política, brilho mundano, vida civilizada e novidadeira. Do lado da solidão, assentada também sobre a riqueza, “viver como um urso, que sou”¹⁶: caçar, dormir, ler e não fazer nada, auxiliado por um moleque. Lá falta o *mérito*, aqui o *trabalho*. Aqui como lá falta o valor do indivíduo, única justificação para a diferença social (do ponto de vista da norma burguesa, cuja vigência está atestada no caráter satírico do retrato).

O pai Cubas, partidário da vida brilhante, procura atrair o filho a um bom casamento e a um lugar na Câmara dos Deputados, benefícios que vinham juntos, dada a influência política do futuro sogro. A frivolidade do arranjo ressalta duas vezes: uma pelo contraste com a morte ainda próxima (ângulo metafísico); a outra pelo esvaziamento da dimensão individual, i.é., moderna, de casamento e política, subordinados ao sistema de patrocínio e troca de favores (ângulo histórico). Assim, a vida carece de sentido porque no horizonte está o nada, ou também porque o seu horizonte é a organização social brasileira. As duas razões estão presentes na tendência misantrópica de Brás, onde se acompanham de uma terceira. “Apertava ao peito a minha dor taciturna, com uma sensação única, uma cousa a que se poderia chamar volúpia do aborrecimento.”¹⁷ Descrença e renúncia no caso incluem uma parte de desdém pelos papéis ridículos a que a sociedade forçava um moço atualizado. Num lance de muita audácia, característico de sua capacidade de adaptação inventiva, Machado formulava com palavras do tédio baudelairiano a melancolia e satisfação do rico brasileiro em face de suas perspectivas: “Volúpia do aborrecimento [...] uma das sensações mais subtis desse mundo e daquele tempo”¹⁸. E claro porém que o Cubas spleenético não é menos arbitrário nem menos proprietário que o Cubas desejoso de ser Ministro. O vaivém entre “hipocondria” e “amor da nomeada”, entre apatia e bulício, faces complementares da mesma experiência de classe, aponta para a equivalência daqueles opostos e é um dos movimentos capitais do livro¹⁹. Participar ou não do brilho sem sentido da Corte, ou, mais genericamente, do setor europeizante da sociedade (“a fraseologia, a casca”), eis a questão, em que naturalmente não se inclui o ser-ou-não-ser da prerrogativa social. Acresce que o relativo retiro e a recusa da comédia pública podem não significar escrúpulo ideológico, mas gozo mais desimpedido das vantagens da propriedade, liberta do constrangimento das idéias liberais. Em suma, na expressão do pai: “Não te deixes

¹⁶ *MPBC*, p. 159

¹⁷ *MPBC*, p. 157.

¹⁸ *MPBC*, p. 157.

¹⁹ *MPBC*, pp. 184, 162.

ficar aí inútil, obscuro e triste; não gastei dinheiro, cuidados, empenhos, para te não ver brilhar, como deves”²⁰. Assim, quando não é inútil, Brás é desfrutável, e quando não é desfrutável, é inútil, empurrado de uma condição à outra pelos respectivos inconvenientes.

A vizinhança da morte sublinha ainda mais a inanidade desta alternativa e funciona como um apelo à regeneração. É onde entra o idílio com Eugênia, que promete uma transformação completa do protagonista. Valor e espontaneidade individual seriam reconhecidos, ou, generalizando, a iniquidade oligárquica abriria uma fresta à igualdade entre os humanos, particularmente entre proprietários e pobres com educação. Vimos porém o deslante furioso com que a personagem recusa este rumo, onde a latitude de seu capricho ficaria limitada, rumo cujo significado nacional e de classe procuramos indicar. Longe de trazer uma viravolta, portanto, o encontro com Eugênia consolida o regime do abuso, agravado agora pela transformação não-havida: uma peripécia em branco, se é possível dizer assim, depois da qual fica tudo como antes, e piorado. O perfil abstrato desta seqüência define o andamento geral da narrativa: o anticlímax primeiro desnuda a nulidade prática das fantasias de liberalização voluntária, e depois expõe a insignificância, devida à mesma nulidade, da vida ulterior de Brás Cubas, que é a maior parte do livro. A norma liberal é tanto expectativa tola como ausência imperdoável. Esta inconseqüência tem efeito devastador, e expressa o beco ideológico em que se encontrava a fração pensante do país.

Anos depois, Brás admite casar com Nhã Loló, outra moça de situação inferior à dele. Como explicar a diferença, uma vez que o protagonista não mudou? Buscando subir, Nhã Loló estuda e adivinha a vida elegante, e trata de “mascarar a inferioridade da [sua] família”. No momento oportuno renega o pai, cujas afinidades populares dão vexame. “Este sentimento pareceu-me de grande elevação; era uma afinidade mais entre nós”, recorda o noivo, decidido a “arrancar esta flor a este pântano”²¹. O problema portanto não estava no casamento desigual, admissível desde que reafirme o domínio dos proprietários. Inadmissíveis são a dignidade e o direito dos pobres, que restringiriam o campo à arbitrariedade dos homens de bem. Observe-se ainda que a defesa da prerrogativa de classe é enérgica, mas não se acompanha de ideologia ou convicção da própria superioridade. Esta ausência de justificação consistente é quase simpática, pela vizinhança com a franqueza. De outro ângulo porém ela é parte de um apego cru e indiscriminado a quaisquer vantagens sociais, muito característico, desembaraçado das obrigações que mal ou bem uma auto-imagem mais elaborada traria consigo.

Onde há ação, o episódio de Eugênia é uma obra-prima de técnica realista. Fabulação enxuta e parcimônia no detalhe, rigorosamente disciplinadas pela contradição social, produzem

²⁰ *MPBC*, p. 162.

²¹ *MPBC*, p. 271.

o andamento poético do grande romance oitocentista. Entretanto é fato que o conflito quase não tem prosseguimento, ou melhor, só tem prosseguimento fora do âmbito da intriga, nas eólicas morais da personagem masculina e nas maldades expositivas do narrador. Com isto, subjetividade e escrita roubam o primeiro plano e prevalecem, quantitativamente, sobre a dimensão prática do antagonismo. E claro que esta proliferação permite ver em Machado uma ponta-de-lança da literatura pós-naturalista. Sem discordar, notemos que a proliferação subjetiva — ou seja, a volubilidade — aqui está enraizada em terreno social claro, de que ela é uma expressão capital. Deste ângulo, as soluções formais heterodoxas se podem ler como maneiras de aprofundar e radicalizar a exposição de um quadro prático definido. Por exemplo, a desproporção entre brevidade e importância do episódio é um fato eloqüente de composição. Na verdade, Eugênia é a única figura estimável do livro: tem compreensão nítida das relações sociais, gosto de viver e firmeza moral — mas seu papel é pouco mais que uma ponta. E como se o arranjo da narrativa dissesse que no contexto da vida brasileira as melhores qualidades dos pobres serão truncadas e desperdiçadas, o que configura e passa em julgado uma tendência histórica. Vimos também que o conflito pouco se desdobra na prática, e muito na imaginação de Brás, *a quem cabe a última palavra*, aliás de injúria. A unilateralidade do procedimento é escandalosa, expressiva também da assimetria da relação social, e tem o mérito de deslocar a perspectiva moralista. Em lugar da injustiça sofrida por Eugênia, que estaria no foco de um narrador equitativo, assistimos a seu reflexo na consciência do responsável ele mesmo, um membro conspícuo da classe dominante, cujo ponto de vista a narrativa adota de maneira maliciosamente incondicional. De entrada, a parcialidade narrativa põe fora de combate o sentimento moral, que diante da injustiça assumida não desaparece — pode até tornar-se mais estridente — mas perde a presunção de eficácia, e aparece como um prisma acanhado. Mais uma vez estamos em campo explorado por Baudelaire, amigo de fintas e mistificações literárias, concebidas como elemento de estratégia guerreira. O poeta gostava de tomar o partido do opressor, mas para desmascará-lo através do zelo excessivo, e também para humilhar/ fustigar os oprimidos, em sua eventual passividade diante da opressão²². Atrás do narrador faccioso, que à primeira vista é revoltante, mas para o qual já não há substituto senão de outra facção, abre-se a cena moderna da luta social generalizada, a que não escapam os procedimentos narrativos.

²² Por sentimento dito filantrópico, Baudelaire aconselhava espancar os mendigos encontrados na rua, único meio de forçá-los a reencontrar a dignidade perdida — já que nalgum momento tentariam o revide. “Acabemos com os pobres!”, *Le spleen de Paris* (1869). Para uma análise política deste *petitpoeme en prose*, ver Dolf Oehler, *Pariser Bilder I (1830-1848)*, Frankfurt/M., Suhrkamp, 1979 (trad. brasileira de José Marcos Macedo e Samuel Titan Jr., *Quadros parisienses*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997).

Dona Plácida

O mestre-escola a quem Brás deve as primeiras letras havia ensinado meninos “durante vinte e três anos, calado, obscuro, pontual, metido numa casinha da rua do Piolho”. Ao morrer, ninguém — “nem eu”, conforme diz o próprio narrador com escárnio — o chorou²³. Uma vida de trabalho humilde e honrado, que não colhe reconhecimento algum: este é o X do episódio.

Noutro passo, quando encontra um amigo de infância em andrajos e mendigando, a reação é inversa: o que Brás lastima é que o antigo coleguinha desdenhe o trabalho e não se dê ao respeito. “Quisera ver-lhe a miséria digna.”²⁴

Assim, a dignidade que Brás não reconhece ao trabalhador, ele a exige do vadio. Nos dois casos trata-se para ele de ficar por cima, ou, mais exatamente, de ficar desobrigado diante da pobreza. Não deve nada a quem trabalhou, mas quem não trabalhou não tem direito a nada (salvo à reprovação moral). Segundo a conveniência, valem a norma burguesa ou o desprezo por ela.

Também aqui a variação do critério tem fundamento de classe. A referência europeia e moderna leva a gente de bem a torcer o nariz ante a indolência popular, ao passo que o embasamento servil da economia permite, sempre que oportuno, desconsiderar o serviço prestado pelas pessoas pobres. A situação destas define-se complementarmente, e o que é margem de escolha para os ricos — os dois pesos e as duas medidas — para o indivíduo sem posse é *falta de garantia*. Não tendo propriedade, e estando o principal da produção econômica a cargo do escravo, os homens pobres pisam terreno escorregadio: se não trabalham são uns desclassificados, e se trabalham só por muito favor serão pagos ou reconhecidos²⁵.

Segundo uma queixa corrente, a vizinhança da escravidão desmoralizava o trabalho livre. Em conseqüência, a ética do trabalho — um dos pilares da ideologia burguesa contemporânea — encontrava pouco crédito entre nós²⁶. Já no século XX, combinando-se a

²³ MPBC, p. 136.

²⁴ MPBC, p. 201.

²⁵ Os homens serão burgueses por natureza? pelas circunstâncias? A sociedade brasileira, com a sua ligação parcial e peculiar à economia internacional, estimulava a oscilação do juízo a este respeito, como deixa transparecer Luis d'Alin-court, um viajante para quem “o geral do povo, como não pode exportar, e não é animado pelo interesse, mola real do coração humano, tem-se entregado à indolência e preguiça, causas fatais à população”. Luis d'Alincourt, *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*, Belo Horizonte, 1979, p. 65, citado em limar R. de Mattos, *O tempo saquarema*, São Paulo, Hucitec, 1987, p. 122.

²⁶ Para o contraste entre as situações europeia e brasileira, no tocante ao que era óbvio e ao que

sinais de esgotamento histórico geral desta ideologia, aquele nosso ceticismo de “atrasados” foi retomado com sinal positivo, e pôde se universalizar nas meditações da preguiça de Mário de Andrade e Raul Bopp, bem como nas utopias de Oswald²⁷. Recentemente Antônio Cândido mostrou quanto o mencionado ceticismo havia contribuído desde o início para a originalidade e o alcance do romance brasileiro²⁸. Possivelmente mais moderno que os modernistas, cuja nota de euforia não resiste à reflexão, Machado viu a outra face da moeda: em plena era burguesa, o trabalho sem mérito ou valor é um ápice de frustração histórica. Sirva de exemplo o retrato de Dona Plácida, nas *Memórias*, um dos momentos mais altos e duros da literatura brasileira. A vida de Dona Plácida cabe em poucas linhas, onde alternam os trabalhos insanos, as desgraças, doenças e frustrações, o que em si não seria notável, nem suficiente para explicar o efeito atroz do episódio. A pobre mulher costura, faz doces para fora, ensina crianças do bairro, tudo indiferentemente e sem descanso, “para comer e não cair”²⁹. Cair, no caso, serve de eufemismo para contingências como pedir esmola na rua ou faltar aos bons costumes, degradações estas a que no entanto não haverá como fugir, conforme anota o narrador, com evidente satisfação. Adiante, forçada pela miséria, Dona Plácida acaba prestando serviços de alcoviteira, embora seja uma devota sincera do casamento e da moralidade familiar. Do mesmo modo, apesar de incansavelmente trabalhadora, chega o momento em que se vê obrigada a buscar a proteção de uma família de posses, à qual se agrega, o que tampouco impede que morra na indigência. Em suma, a vida honesta e independente não está ao alcance do pobre, que aos olhos dos abastados é presunçoso quando a procura, e desprezível quando desiste, uma fórmula, aliás, do abjeto humor de classe praticado por Brás e exposto por Machado de Assis.

Mas voltemos às canseiras de Dona Plácida. O trabalho indiferente à finalidade concreta (costurar, cozinhar ou ensinar), e sem objetivo além do salário, pertence ao universo do capitalismo. Ao passo que a nenhuma estima pelo esforço é do universo escravista. Paralelamente, note-se que os benefícios complementares daqueles males estão ausentes, a saber, a dignificação burguesa do trabalho “em geral”, bem como o ócio que o escravismo pode proporcionar aos não-escravos. Noutras palavras, coube a Dona Plácida colher o pior de um e outro mundo: trabalho abstrato, mas sem direito a reconhecimento social. Seus esforços, cuja paga material é incerta e mínima, ficam sem compensação também no plano moral, o que talvez

era necessário demonstrar, leiam-se os primeiros parágrafos da *Crítica ao programa de Gotha* (1875). Aí, Marx combate a valorização mítica do trabalho no interior do próprio movimento operário, lembrando que ela é expressão de interesses burgueses.

²⁷ A envergadura filosófica do interesse de Mário pela preguiça me foi assinalada por Gilda de Mello e Souza.

²⁸ Antônio Cândido, no citado “Dialética da malandragem”.

²⁹ *MPBC*, p. 218.

seja a explicação da singular tristeza da personagem. A dureza que não tem a redenção do sentido é absoluta.

Do ponto de vista do realismo brasileiro, Dona Plácida compõe um tipo capital, e já ficaram indicadas a sua generalidade de classe e a correspondência com a estrutura social do país. Entretanto, a justeza de um retrato tem força literária só quando propicia perspectivas não-evidentes. Neste sentido, veja-se que a pobreza despojada até mesmo de consolações é não só um retrato da destituição, como também um resultado crítico, um elemento de razão indispensável a uma concepção social mais avançada. Sem o gosto pré-capitalista pela particularidade dos ofícios e pela ordem corporativa (posto em xeque pelas realidades do trabalho abstrato), e sem a valorização burguesa desse mesmo trabalho (desmentida pelo instituto do cativo), *resta uma noção radicalmente desideologizada do esforço*, o qual é despido de mérito intrínseco. Esta noção não se presta à mistificação, e nos faz respirar a atmosfera rarefeita da grande literatura. Com data diferente, uma conversão análoga de privação em lucidez anima os versos de Drummond: “Heróis encham os parques da cidade em que te arrastas, e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue frio, a concepção”³⁰. Noutro plano, estamos próximos da fórmula de Marx, que atrás das ilusões da riqueza moderna vê o dispêndio muscular e cerebral dos trabalhadores, e nada mais³¹. Enfim, um sentimento materialista do trabalho — isto é, desabusado e esclarecido — cuja atualidade aliás transcende a ordem burguesa, já que o socialismo nosso contemporâneo é, por sua vez, *produtivista*.

Mas é inexato que a vida de Dona Plácida não tenha sentido. Se a triste senhora perguntasse por que viera ao mundo, Brás Cubas imagina que os pais lhe diriam o seguinte: “— *Chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital; foi por isso que te chamamos, num momento de simpatia.*”³²

O escárnio destas linhas opera de modo complexo. Primeiramente finge que as inaceitáveis realidades da pobreza moderna correspondem a um propósito (“para isso te chamamos”). A condenação tem mão dupla: a realidade social é negativa, por lhe faltar sentido humano, como é negativo o anseio de achar-lhe uma finalidade a qualquer preço, anseio em que, voltaireamente, estão expostas ao ridículo as ilusões da Divina Providência e de seus sucedâneos secularizados. Nem a ordem vigente nem a apologética satisfazem a razão, que lhes assinala a irracionalidade.

³⁰ “Elegia 1938”, *Sentimento do mundo*.

³¹ *Das Kapital*, vol. I, parte III, “A produção da mais-valia absoluta”.

³² *MPBC*, p. 219.

Por outro lado, a pobreza está descrita em seu ciclo regular, por assim dizer funcional, e não falta método a seu absurdo. Neste sentido ela tem sim uma finalidade, embora humanamente insustentável, qual seja a de reproduzir a ordem social que é sua desgraça. Como ficamos?

Resulta algo como o escárnio escarnecido, uma espécie de choro seco, a que se acrescenta o gozo que tanta inferioridade proporciona à superioridade social do narrador, que tampouco fica indene. Razões de ser, enfim, que pertencem ao mundo moderno, com afinidade científica — tais como a reprodução da espécie, da sociedade e da injustiça — e sem justificação transcendente. No conjunto, trata-se do revezamento vertiginoso das perspectivas do providencialismo, da *Aufklaerung* do cientificismo, segundo as conveniências da camada dominante brasileira, cujo teor indefensável este arranjo literário universaliza ao extremo.

São infelicidades com data recente, que não remetem ao vale de lágrimas cristão, ao qual no entanto a prosa toma emprestado o timbre na descrição dos sofrimentos e trabalhos³³. Ocorre que em contexto laicizado a humilde conformidade dos termos soa como um acinte a mais. Este casamento do que os estilos artísticos e a lógica das concepções mandariam separar faz uma das forças de Machado. Note-se, ainda neste sentido, que a explicação do propósito da vida de Dona Plácida tem a brevidade sintética do conto filosófico setecentista, mas abarcando a esfera de fatalidades maciças circunscrita pelo Naturalismo oitocentista, sem esquecer que a sua frieza analítica — universalista e clássica pelo estilo — tem um quê trocista e amalucado, que serve de *cor local brasileira* na caracterização de classe de Brás Cubas. Por sua vez, a semcerimônia com que esta multiplicidade de registros prestigiosos é manipulada prenuncia a ficção moderna.

Enquanto contempla a ponta da botina, Brás divaga sobre a sorte de Dona Plácida, que acaba de sair da sala. A passagem que há pouco transcrevemos, onde o retrato da infeliz adquire feição geral, faz parte destas reflexões. Na intimidade do pensamento, o homem rico admite sem dificuldade a dimensão funcional da miséria, cuja finalidade na terra, se existe, é de lhe proporcionar vantagens: “Utilidade relativa, convenho; mas que diacho há absoluto neste mundo?”³⁴. Como no episódio de Eugênia, a palavra final — na verdade a penúltima, já que a última fica para o leitor — está com a parte beneficiária da injustiça, em detrimento da parte pobre, cujo ponto de vista permanecerá inexpresso. O arranjo narrativo faz que o acento caia sobre a componente ignóbil do relacionamento de classe, com resultado sádico, mas também de denúncia, limpando ainda a ficção de seu papel de consolo barato.

³³ A discrepância entre a modernidade da observação e a “linguagem fatalista antiga, que vem do *Eclesiastes*, dos cínicos, de Maquiavel, dos moralistas franceses” foi assinalada por Alfredo Bosi. Ver “A máscara e a fenda”, in A. Bosi et al, *Machado de Assis*, São Paulo, Ática, 1982, p. 451.

³⁴ *MPBC*, p. 291.

Lembrando observações anteriores, digamos que a posição de Dona Plácida está formulada nos termos do privilégio, compreendidos aí, além do interesse material, os recursos literários e o repertório de idéias. O procedimento choca pelo cinismo “excessivo”, que o transforma em delação de si mesmo, uma verdadeira traição de classe. Os seus méritos contudo vão mais longe: através dele, a forma de pobreza em questão sai para fora do âmbito acanhado e intelectualmente segregado em que de fato ela tem uma condicionante efetiva, e é trazida ao sol da atualidade plena, ou seja, do conflito e da cultura contemporâneos.

Noutras palavras, o espelhamento das posições sociais umas nas outras e na diversidade dos estilos históricos não desmancha a realidade das classes, como pensam os puristas do ponto de vista popular. Pelo contrário, ela consubstancia a sua mediação recíproca e a complexidade decorrente, que uma noção mais cotidiana ou doutrinária da verossimilhança deixa escapar. É este realismo intensificado que dá à humilde figura de Dona Plácida a extraordinária plenitude de referências, além da pertinência histórica, resgatando a sua obscuridade e aparente limitação. Uma envergadura na compreensão da pobreza que só um escritor culto e requintado, à vontade na variedade dos estilos, das filosofias e das experiências de classe pôde alcançar — e oferecer — o que, de um ponto de vista dialético, não é um paradoxo.

Prudência

“Vejam as sutilezas do maroto!”

Machado de Assis,
Memórias póstumas de Brás Cubas

Os episódios de Eugênia e Dona Plácida sobressaem pela profundidade com que inventam (ou observam?) as conseqüências que a estrutura social brasileira trazia aos desfavorecidos. Isso posto, as pessoas pobres têm presença relativamente numerosa no romance, onde formam uma galeria diversificada, representativa, e mesmo sistemática. As moças bonitas, por exemplo, são três: uma de má vida, outra perfeitamente digna, e a terceira sedenta de ascensão social, todas contrastando entre si e, no campo oposto, com uma menina e depois senhora da alta sociedade. Do ângulo das relações econômicas, a gama vai da mendicância ao trabalho remunerado, passando por diferentes espécies de dependência pessoal. A despeito da impressão aleatória, causada pelo procedimento caprichoso do narrador, o elenco dos tipos sociais funciona arquitetonicamente. A sua composição atende a exigências de exposição suficiente e não-repetitiva da matéria, disciplina que, por sua vez, liga o sistema das posições imaginadas à estrutura da sociedade real.

A presença do escravismo é determinante, conforme tratei de mostrar, embora as figuras de escravo sejam raras. Umas poucas anedotas esparsas bastam para fixar as perspectivas

essenciais. A parcimônia nas alusões, calculada para repercutir, é enfática à sua maneira: um recurso caro ao humorismo machadiano, mais amigo da insinuação venenosa que da denúncia.

Esperançoso de agradar à Família Real, Cubas pai celebra a queda de Napoleão com um jantar de arromba. Entre comidas, discursos e namoros há notícia de uma partida de negros novos, negociados em Loanda, cento e vinte ao todo, dos quais “quarenta cabeças”³⁵ já estavam pagas. A promiscuidade entre vida familiar, festa cívica e horrores do tráfico negreiro é um traço ferino de “cor local”, traço emprestado aliás de Martins Pena, que em registro mais inocente já havia anotado a comicidade desta mistura, onde as notas bárbara e bem-pensante alternam³⁶. Noutro capítulo, o Brasinho quebra a cabeça de uma escrava que lhe negara uma colher de doce, ou monta com rédea e chicote no moleque Prudêncio, obrigado a ficar de quatro e lhe servir de cavalo. As queixas do segundo não vão além do “ai, nonhô!”, a que o primeiro responde com o famoso “Cala a boca, besta!”³⁷. Assim como *oflash* do comércio de negros qualificara a sociedade presente ao banquete, as atrocidades (ou travessuras, segundo o ponto de vista) do pequeno Cubas expõem o sentido social de sua educação e da volubilidade que impregna o livro inteiro. Das duas vezes o escravo tem função quase exclusiva de especificar aspectos nefastos da classe dominante.

Há também uma tentativa de ver o cativo em seus motivos próprios. Muitos anos mais tarde, andando pela rua, Brás encontra “um preto que vergalhava outro”, a cujos gemidos replicava com o “Cala a boca, besta!” nosso conhecido³⁸. Tratava-se naturalmente de Prudêncio, que depois de liberto comprara um escravo por sua vez, em quem descontava as pancadas recebidas outrora. Apesar da audácia com que se opõe ao chavão humanitário, o episódio padece de banalidade universalista, que o transforma em quase apólogo: pessimismo e maldade também podem ser chavões. Esta impressão se desfaz no capítulo seguinte, que à primeira vista nada tem a ver com o caso. A personagem aqui é um doido, chamado Romualdo: “— Eu sou o ilustre Tamerlão, dizia ele. Outrora fui Romualdo, mas adoeci, e tomei tanto tártaro, tanto tártaro, tanto tártaro, que fiquei Tártaro, e até rei dos Tártaros. O tártaro tem a virtude de fazer Tártaros”. Passada a surpresa, o leitor dado a charadas entenderá que o Tártaro (guerreiro reputado pela selvageria) resulta do tártaro ingerido, como a crueldade do negro liberto — chocante, por sugerir que o sofrimento não ensina nada — é filha das pancadas que lhe haviam dado os seus senhores.

Em conclusão, as cenas onde entram escravos condenam a ordem social do país, fixam

³⁵ *MPBC*, p. 134.

³⁶ Ver o estudo de Vilma Arêas, “No espelho do palco”, in R. Schwarz (org.), *Os pobres na literatura brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

³⁷ *MPBC*, p. 129.

³⁸ *MPBC*, pp. 211-2.

ver os traços de caráter perniciosos, em que é patente a impregnação escravista da classe alta, e fazem ativo segundo esquemas de psicologia universalista, estritamente os mesmos da humanidade em geral. Para apreciar o valor crítico deste universalismo, basta considerar que à sua luz as brutalidades de um escravo forro não são menos complexas e espirituais que os divinos caprichos de uma senhora elegante, contrariamente ao que pensariam o preconceito comum, ou também o racismo científico então em voga.